
UM DIÁLOGO ENTRE MEMÓRIA, HISTÓRIA E FICÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A DIALOGUE BETWEEN MEMORY AND FICTION IN LATIN AMERICA

João Batista Cardoso*

Resumo: Após o período em que a América Latina voltou-se para a Europa onde buscou temas e formas para o desenvolvimento da arte literária, os escritores do continente encontraram na própria terra a memória de guerras, conquistas, derrotas, opressão e libertação que proporcionou, a partir do final do século XIX, a matéria-prima para de que precisavam para modelar uma arte que fosse autóctone, se não tanto na forma, mas principalmente nos temas. Nascia, assim, uma literatura que desenhou a vida americana desde o México até a Terra do Fogo, com características similares porque refletiu os mesmos problemas, exemplificados, aqui, pela pobreza e pela miséria que têm como ícones mais dramáticos a favelização nas grandes cidades e a transmigração da marginalidade do campo para o meio urbano, onde as condições de higiene, o acesso à moradia e à assistência social permanecem num horizonte onde nunca se chega. Essas considerações, bem como as formas de apreensão, por parte dos escritores, da realidade imediata e da realidade remota através da memória, culminando numa literatura que se parece história é o escopo deste artigo.

Palavras-chave: América Latina; história; literatura; memória.

Abstract: After the period when Latin America turned to Europe where it sought themes and forms for the development of literary art, writers of the continent found in their own land the memory of wars, conquests, defeats, oppression and liberation that provided, from late nineteenth century, the prime material they needed to shape an art that was indigenous, if not in form, but mainly in themes. In this way, a literature that portrayed American life from Mexico to Tierra del Fuego was born, with similar characteristics since it reflected the same problems, exemplified, here, by poverty and misery that present as most radical icons the growing slums in the big cities and the transmigration of marginality from rural to urban environment, where hygiene conditions, access to housing and social assistance remain a never accomplished horizon. These considerations, as well as ways the forms of apprehension on the writers's side, of the immediate reality and the remote reality through memory, culminating in a literature that resembles history is the scope of this article.

Key words: Latin America; history; literature; memory.

Preâmbulo

Em tempos recentes, quando a quantidade de regimes ditatoriais que medraram no continente latino-americano acrescida da má distribuição das oportunidades sociais conduziu dialeticamente à reação, por meio da busca de libertação, a literatura empenhada cedeu lugar à

* João Batista Cardoso é doutor em Literatura Brasileira. Docente da UFG, no Campus Catalão, onde atua na graduação e no Mestrado em Estudos da Linguagem. E-mail: jbccar@gmail.com

literatura engajada (Candido). Não se tratava mais de ser patriótico, porque a luta não tinha como alvo um poder alienígena, era necessário transcender o nativismo no nacionalismo e assumir a tarefa do profeta que perscruta, critica e denuncia para desnudar as contradições que precisavam ser suplantadas. Essa certeza aponta para o problema cuja resposta é escopo deste ensaio. O problema se traduz em duas perguntas: como a literatura latino-americana reflete a história de seus países marcada por regimes ditatoriais e todos os problemas que deles derivam? Como os autores contemporâneos que viveram a experiência recente do autoritarismo interpretam a memória de seus ancestrais?

Não se trata de explorar o *realismo de memória* que levou autores a relatar o que lhes aconteceu ou o que viram nos porões, nem tampouco sair classificando obras literárias a esmo e obtendo nomes como *obra de testemunho* ou *romance político*, mas de mostrar como a **estética do oprimido**, que recupera, na literatura, a opressão sofrida por um povo marginalizado e subjugado sob o peso da fome, da miséria, da discriminação ou da alienação mostrou as possibilidades de superação.

Esse questionamento conduz a um penúltimo e fundamental problema que este artigo tentará responder: a estética do oprimido deve ser vista como um ângulo da literatura ficcional que retrata situações de opressores políticos e/ou econômicos sobre grupos subjugados, mas ao radicalizar as postulações do realismo, tornou-o naturalista em sua essência. Finalmente, como os elementos inventariados neste problema processam a ponte entre literatura, história e memória?

Sempre houve em todo o mundo a questão da exploração do homem e da terra. Com o surgimento das novas ideologias do século XIX, abriu-se um campo novo para a arte, o da arte combate, da arte que serve ao mesmo tempo para clamar por um novo estado de coisas — por um mundo melhor. Na medida em que esse fenômeno é universal, cada espaço político-geográfico da América Latina com seus problemas e suas soluções constitui *corpus* local para responder a um problema universal. Ao tratar dessa questão, o presente estudo poderá enriquecer o conjunto das pesquisas já realizadas e daquelas que seguem paralelamente, bem como oferecerá subsídios para futuros estudos.

Discussão do problema

A literatura na América Latina, em sua interação com a história, transcendeu os limites da história oficial e, pelas trilhas poéticas e míticas que percorreu, recuperou a memória de

um povo e contou a história de sua essência. A memória penetrou no texto literário, sobretudo, por meio dos personagens reconhecidos como existentes na realidade concreta. Quando esses personagens passam a fazer parte de um texto ficcional, tornam-se ficção naquele texto. Isso decorre de sua interação com os personagens não reconhecidos na realidade, isto é, com personagens ficcionais nascidos nos limites da economia do pensamento e da criatividade do escritor, o que induz ao conceito de migração da realidade histórica para a ficcional. Ao migrar da vida para o romance, o personagem ou o acontecimento tornam-se ficcionais, mas não se despem inteiramente de seu conteúdo de referencialidade, nesse momento tanto o personagem como o acontecimento conduz a história para a literatura.

A literatura que tenta corrigir, por meio da ação dos personagens, as omissões da história, na América Latina, culmina por denunciar as condições subumanas do homem, indicando o fervor de seus autores pela causa social. A operação que resulta nessa correção tem a memória como dado fundamental. É o que se verifica em obras como *A guerra do fim do mundo*, de Vargas Llosa que teve um fato da vida concreta como referente, mas se apropriou desse fato por meio da memória contada pelos entes que a viveram. Uma parte dos personagens que transitam pelo enredo vargasllosano na obra *A guerra do fim do mundo* é composta por pessoas que a história do Brasil lista em seus anais. Na obra citada, a distância entre o real e o imaginário é medida apenas por um acrescentamento. Isto é, o autor tomou a realidade e a ela acrescentou elementos fictícios.

O entusiasmo pela causa social é um denominador comum entre os autores latino-americanos no século XX. Esse entusiasmo provocou reação em muitos lugares. Carpentier, por exemplo, foi preso em Havana quando retornou de Paris, onde se encontrava devido a perseguições por parte do governo cubano. Ficou encarcerado por sete meses, e após sua libertação, exilou-se novamente na França. Esse segundo *exílio* proporcionou-lhe contato com o surrealismo que deixou marcas naquela parte de sua obra que ele mesmo denominou de “real maravilhoso”. Trata-se de um “realismo mítico” com que descreve a realidade latino-americana, em que se dá um entrecruzamento de sonho e realidade, imaginação e razão, fábula e história, morte e vida. A mistura desses elementos evolui para o suntuoso, o mágico, o alegórico e o conceitual.

Interessado em História, Carpentier visitou o México e o Haiti, onde estudou as revoltas dos escravos do século XVIII. Preocupou-se também em retratar a mistura de culturas na América espanhola, como se percebe em sua obra *Concerto barroco* de 1974.

Voltando a Cuba, assistiu em 1956 ao triunfo de Fidel Castro. A partir daí passou a fazer parte do governo cubano, ocupando cargos diplomáticos.

Cosson (2003, p. 186) vê com naturalidade a “relação estreita entre literatura e história” e especifica que ocorre na “narrativa da década de 70 a condição de registro do que não se permitia dizer, mas que foi vivido e sofrido” (COSSON, 2003, p. 184). Ainda que esta conclusão de Cosson tenha derivado de suas observações da literatura contemporânea brasileira, é uma assertiva verdadeira para a literatura da América Latina no período histórico citado. Em consonância com esta afirmação, Mignolo (2001, p. 133), em referência ao romance contemporâneo, afirma que nele “a imitação do discurso historiográfico provém de uma oposição aos discursos antropológicos e historiográficos que criaram uma imagem da História ou de comunidades marginalizadas que o romancista procura corrigir ou, pelo menos, enfrentar”. Essa constatação remete à conclusão de que o texto literário mostra a essência, desnudando as contradições que são, por seu turno, ocultadas pelos discursos historiográficos.

Contextualizando mais uma vez a questão, invoco a ajuda de Coronel (2001, p. 48), para quem há “na *Novela de la Revolución Cubana* verdadeiros ciclos narrativos que se conformam em momentos de máxima tensão entre o homem, a História e a Literatura”, aponta, assim, para a necessidade de modificação da estrutura da sociedade a partir da própria tendência dessa sociedade, pois é necessário, para que se rompa a opressão — fato histórico recorrente na América Latina — que o contexto oportunize ao personagem a transcendência, pela conscientização, de sua condição de alienado.

Galvão (2001, p. 59) afirma que “a base do desenvolvimento da ficção e do envolvimento da ficção com a História, tanto na estirpe mexicana como na cubana, é encontrada num ‘projeto social substitutivo’, implícito ou explícito na narrativa, que vai determinar o ponto de vista do autor e das personagens durante o desenrolar do romance”. De acordo com as conclusões de Cosson (2003, p. 190), pode-se entender que esse ideal ou esse projeto é visto como uma utopia, que ele explica como sendo a “busca de uma sociedade mais justa através do comunismo ou do socialismo que agora precisa ser reavaliado se não enquanto horizonte de libertação, pelo menos enquanto proposta de estratégia de luta imediata”.

Na América Hispânica, o romance nasceu “no século XIX com o Romantismo, comprometido com a realidade social, inserido na sociedade, preenchendo o papel da epopéia no mundo antigo, narrando as peripécias da vida coletiva com acento próximo aos cantares de gesta” (JOSEF, 1986, p. 62-63). O surgimento da ficção na América Lusitana dá-se também

com o Romantismo que desde o início sofreu influências do cânone europeu. Entretanto, a América Latina, desde o primeiro decênio do século XX, “desenvolveu o seu sistema literário próprio, em dimensão continental, formando o que chama ‘um único sistema literário comum’, do qual o Brasil é parte integrante” (CANDIDO, 2001, p. 268). Na medida em que os problemas latino-americanos, no âmbito das relações de poder, evidenciaram distinções marcantes com a Europa, uma literatura de protesto e denúncia conquistou seu lugar na América Latina. Esse tipo de literatura encontrou seu ápice nos anos e locais em que o problema do homem em sua relação com o poder se tornava mais agudo, recriando na arte literária o homem em luta pela sobrevivência num meio hostil e opressor.

Houve, portanto, desde o início do século XX, uma maior preocupação dos escritores com sua terra e suas necessidades do que com os elementos qualitativos que determinavam uma imitação do cânone europeu. O resultado disso pode ser definido pelo boom novelístico da América Latina a partir de certa altura do século XX. O continente em questão apresenta hoje alguns romances que figuram entre os mais importantes da literatura universal. Basta citar, entre os autores, alguns nomes — os mais conhecidos e em ordem alfabética a fim de não gerar polêmica — para comprovar essa tese: Alejo Carpentier, Carlos Fuentes, Érico Veríssimo, Gabriel Garcia Marques, Graciliano Ramos, Guillermo Cabrera Infante, João Guimarães Rosa, Juan Rulfo, Julio Cortazar e Mario Vargas Llosa.

A América Latina tem sido um celeiro de textos literários que apresentam um tipo de homem em luta por libertação num meio instável. Essa tendência textual representa o jogo político entre dominantes e dominados ou é um mero reflexo de um mundo que, tendo na busca da liberdade seu objeto de desejo permanente, clama por esse tipo de construção temática? Eis uma literatura que vaga entre o empenho e o engajamento e, dessa forma, participante das lutas do povo. São dois níveis ideológicos que variam em grau e ênfase. Se o engajamento da literatura pressupõe uma inserção da política no texto, pela crença em novas formas de gestão no âmbito da superestrutura, a literatura empenhada, segundo Antonio Candido (1993, p. 26), faz “parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los”. Essa conceituação de Antonio Candido foi colhida em suas afirmações sobre o papel da literatura depois da Independência do Brasil. Prosseguindo em suas formulações, ele lembra a “‘tomada de consciência’ dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam” (CANDIDO, 1993, p. 26). Naquele momento, o que predominava era o

sentimento nativista inserido na vontade geral de europeizar o exótico, para justificar a criação de um país. Isto é, o Romantismo foi um movimento empenhado na construção da nacionalidade.

O que tornou possível tão pujante produção literária foi uma nova concepção de vida, refletindo uma nova visão de mundo com base nos pressupostos de que o homem, ao explorar a natureza, deixou à mostra sua condição de submisso, oprimido e alijado de um contexto que se marca pela ruptura de sua participação nos destinos da sociedade e do mundo. Os autores passam a analisar toda uma sociedade a partir da fixação de tipos marginalizados. Isto é, “a condição humana é analisada através de símbolos que funcionam universalmente sem a circunstancialidade que os restringia no século [XIX]” (JOZEF, 1986: 205).

Essa discussão em que se vem dialogando a história e ficção indica que a diferenciação entre elas não é tão acentuada ao ponto de se estabelecer fronteiras nítidas. Ambas repartem formas de discurso, personagens e eventos. No caso da História, ocorre um afastamento do mito e uma aproximação do conceito e da realidade que são transportados para o texto, que privilegia a objetividade. Na literatura, prevalecem o mito e a subjetividade. Isso tem contribuído para dificultar, em algumas obras, a demarcação do limite entre a ficção e a realidade. A própria realidade humana — objeto da história — tem sua concretude extravasada de fantasia e mitos, levando o historiador a fazer escolhas e a ter, ideologicamente, um *propósito* narrativo.

A diferença entre romancistas e historiadores pode ser percebida apenas no que tange ao grau com que os eventos relacionam-se com os contextos humanos. Cada historiador faz uma seleção e tem um critério. A história e a ciência se comprometem mais com os governos, com o Estado. O compromisso da literatura é com o elemento humano. Os romancistas transcendem a realidade imediata e imaginam os eventos que colocam em enredos, já os historiadores atuam em termos de eventos reais. Entretanto, a aproximação entre história e ficção se torna mais intensa, porque tanto uma quanto a outra tem sua base na mesma fonte, isto é, a realidade é a forma fenomênica de onde retiram seu material.

A literatura prende-se a fronteiras conceituais menos rígidas que a história. Os textos literários podem apresentar fatos verídicos, como pessoas da vida real articulados a elementos fictícios. Como a historiografia deve responder positivamente à expectativa de que seus enunciados sejam verídicos, suas entidades precisam ser imigrantes, mas o historiador realiza operações subjetivas, quando seleciona entre um conjunto de acontecimentos quais devem compor seu relato. Da mesma forma, é subjetiva a escolha dos elementos coesivos que servem

para dar sentido a uma sequência de eventos históricos. Essa seleção e essa escolha, apesar de não conduzirem aspectos que firmam as condições de veracidade, tornam o texto historiográfico muito próximo do texto literário.

A geração de escritores latino-americanos das últimas quatro décadas do século XX enfocou em suas obras a condição do homem sob o prisma da relação entre opressão e libertação, articulando arte e história. Isso indica que a literatura a serviço da causa social não é um fenômeno apenas cubano, peruano ou brasileiro, mas latino-americano, pois a identidade ideológica entre as distintas nações da América Latina contribuiu para a derrocada das fronteiras culturais que separavam os países. Respondendo a uma história similar em muitos aspectos, surgiu uma literatura voltada à libertação do homem e solidificaram-se as bases para a criação de uma literatura com características próximas. Isto é, a semelhança histórica entre os países cria uma literatura que se identifica pelos mesmos conteúdos similares. Assim, as diferenças entre a literatura peruana e as literaturas dos outros países latino-americanos dão-se apenas pelo contexto em que se inserem, porque respondem a problemas particulares e a uma história particular. Mas esses problemas e essa história fazem parte da mesma essência.

A América Latina culminou, nos últimos quarenta anos do século XX, por edificar tendências demarcadas por modelos políticos concretizados sob formas ditatoriais de governo que oscilaram entre a esquerda e a direita. Essas formas políticas privilegiaram, tanto numa como noutra direção, o poder absoluto de governos.

A literatura, em resposta a essas alternativas, expressou em prosa e em verso, a indignação da intelectualidade local em face da inconsciência política que obrigou a população a aceitar, conviver e, em muitos casos, defender essas formas de poder. Atuando nesse nível e recuperando a memória de um povo subjugado, a literatura contribuiu para que a América Latina construísse uma identidade cultural. Essa contribuição motivou-se na tendência de cada país a caminhar em direção à compreensão e à ruptura de suas contradições, que, no caso em tela, foram percebidas e denunciadas a partir da reação de grupos politizados intelectuais. Dentre os autores que tornaram a literatura um meio de suscitar questões que documentam e elucidam momentos e espaços específicos da América Latina destacam-se Alejo Carpentier, Antônio Torres, Carlos Fuentes, Gabriel García Marques, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José María Arguedas, Josué Guimarães, Julio Cortazar, Luiz Antônio de Assis Brasil e Mário Vargas Llosa.

Verifica-se na lista sucinta acima que há, indiferentemente, tanto autores hispano-americanos como luso-americanos. Afinal, inúmeros ficcionistas brasileiros que produziram a

partir dos anos 70 do século XX foram influenciados pela ficção brasileira dos anos 30 e, posteriormente, por autores como Carpentier e Vargas Llosa, entre outros hispano-americanos, que lhes forneceram uma nova forma de realismo, onde a problemática do homem não se restringia mais aos rigores da vida no campo, mas às relações entre campo e cidade, bem como às relações entre os homens na cidade, como fruto da urbanização que acompanhou o processo de industrialização e o êxodo rural.

Retomando a ideia de identidade referida no parágrafo anterior, convém asseverar que a origem cultural comum entre os países latino-americanos é fruto não apenas de sua relativa proximidade geográfica, mas, sobretudo, de sua colonização ibérica, o que deu início à formação de uma identidade que diferencia os povos desta parte do mundo. Essa identidade vem se acentuando a partir da globalização.

A identidade cultural que se adensa nas semelhanças, pautadas na busca de autonomia política e econômica, entre os distintos povos latino-americanos os unem num processo de permanente procura de melhores condições culturais. Se antes as comunicações e os intercâmbios em todos os níveis e de todos os tipos eram dificultados, hoje, as estradas, as linhas aéreas e a mídia derrubaram barreiras e trouxeram os povos deste continente para perto uns dos outros. Tornados virtualmente vizinhos, a despeito das distâncias geográficas, esses povos identificam-se pela mesma memória, porque relatam anseios e problemas similares.

Respondendo a essa peculiaridade histórica, a literatura produziu textos de denúncia, repetindo em distintos países uma forma cultural que se assemelha pelo objetivo comum de trazer ao lume a situação real de existência dos marginalizados por meio de narrativas ficcionais. É uma literatura que articula ficção, ensaio e memória, partindo da análise do contexto histórico imediato do autor, tendo em vista que “uma importante parcela dos escritores da América Hispânica incorpora a temática histórica como pauta de seus textos ‘literários’” (MEIHY, 2001: 153). Em consonância com essa afirmação, Jozef (1986, p. 96), referindo-se aos romancistas hispano-americanos da contemporaneidade, afirma que eles “não se esforçam em apresentar uma realidade, mas em expressar sua realidade num eterno devir. Formulam, deste modo, uma relação dialética entre o real empírico e o literário”. Por *realidade num eterno devir* entende-se a própria história; neste caso, a arte operacionaliza efeitos estéticos, reunindo processos científicos de exame da ação do homem como agente. Em geral, os bons escritores têm sua genialidade acentuada pela capacidade de inserir a história em seus textos sem falar diretamente dela. Isto é, a história surge na literatura como recriação — como historicidade — não como realidade.

Ainda que literatura e ditadura sejam dois campos inconciliáveis, é certo que a literatura, como uma parte da cultura geral de um povo, assume o desafio de repensar historicamente as relações humanas em sociedades marcadas pela opressão, como é o caso da América Latina, onde havia um clima favorável à construção de uma nova estética e a consequente superação das estéticas precedentes, que não tinham mais lugar no mundo novo que se formara e se formava. Essa nova estética, que assume a voz do oprimido, manifesta-se em distintas modalidades textuais. A opressão, quando derivada de formas particulares de organização social, torna-se elemento histórico, porque não é mais a luta de um homem buscando vencer limitações pessoais e naturais, mas de toda uma comunidade subjugada sob o peso da fome, da miséria, da discriminação e da alienação.

A despeito da extensão territorial do continente, as primitivas metrópoles deixaram sua língua de base latina, o Espanhol e o Português, que convivem, aqui e ali, com falares ancestrais, como no Paraguai, onde o Guaraní divide espaço com o Espanhol. Mas nenhum país de um continente pode ser igual aos demais em todos os aspectos, tendo em vista que distintos espaços de um mesmo contexto geográfico apresentam peculiaridades que os diferenciam.

O processo de independência desses países foi lento e, em muitos casos, contou com a colaboração uns dos outros. O principal líder da independência da América Hispânica foi Simon Bolívar; a América Portuguesa não precisou de um líder que lutasse pela independência, pois a casa real da metrópole, por questões políticas, ao retornar a Portugal, deixou o príncipe herdeiro com a recomendação de que assumisse o processo de independência, caso ela se tornasse necessária.

Os autores citados em outra parte deste ensaio respondem com eficiência à independência como devir, como eldorado não de todo atingido, como vocação permanente. É o que se percebe no conjunto da obra de Carpentier construído a partir de fatos históricos a ele contemporâneos e buscados na memória coletiva, como *El reino de este mundo*, cujo enredo se desenvolve sobre o pano de fundo da revolução haitiana do século XIX. Embora se trate de uma temática do século XIX, reflete uma situação política da atualidade. A obra *Guerra do tempo*, cujo título original é *Guerra del tiempo*, do mesmo autor, trata da natureza repressiva do governo cubano durante a década de 1950, enfocando um problema local dentro da temática universal da repressão, de modo a suscitar questionamentos sobre as sequelas deixadas na sociedade civil pelos processos sociais utilizados nas grandes mudanças de rumo da História de um povo.

A peregrinação como estado permanente da trajetória humana em sua imanência revela a procura de um eldorado que se esconde no horizonte, mas o horizonte é um lugar onde jamais se chega. Esse tema que é recorrente em Carpentier representa, na concepção de Jozef (1986, p. 118), “um mundo sonhado na utopia e degradado na epopéia”. A meu ver, a utopia aponta para o mundo que o homem busca alcançar e construir em sua eterna viagem para um porvir que desvaneça e supere as formas de existência que o desumanizam. Esse mundo utópico aparece degradado na ficção, porque o texto literário mostra a essência, desnudando as contradições.

A literatura e a história não devem ser vistas como isoladas uma da outra e sim articuladas como membros de uma mesma realidade de onde retiram seu alimento mútuo e se condicionam. Do mesmo modo, a política também não se desvincula da história, ao contrário, esta passou a existir a partir do momento em que o homem se tornou capaz de transformar sua própria existência através de padrões que se originam em sua inserção no contexto histórico-social. A literatura tem, portanto, participação ativa nas discussões acerca dos destinos dos povos; dessa forma, as palavras literárias, porquanto sejam ficcionais, não são vazias, não são neutras, não são inócuas, pois mostram a corrupção do poder e o descaso para com os mais fracos por parte dos que comandam.

Os autores que escrevem a América Latina o fazem a partir de contextos singularizados em espaços restritos, mas esses espaços reproduzem o universo social amplo do continente onde se inserem, como é o caso da obra de Vargas Llosa que investiga a “realidade histórico-social, despreocupada com as descidas ao eu e dissecações da subjetividade. No nível literário, formula relações entre uma realidade concreta — a peruana — e uma realidade literária recriada” (JOZEF, 1986: 90). Essa realidade literária recriada é a memória que, passando da concretude para a ficção, torna-se mito.

Várias narrativas de Antônio Tôrres mostram o esfacelamento da vida na zona rural como decorrente do processo de modernização do Brasil, que levou a mecanização para as áreas agrícolas e construiu grandes complexos industriais insuficientes para abrigar a força de trabalho oriunda do campo, desqualificada para outro tipo de atividade que não a agricultura ou a pecuária. Aliás, na obra *Essa terra*, os pequenos agricultores não conseguem sanar os compromissos assumidos com o Banco do Brasil, devido aos empréstimos tomados a fim de arcar com as despesas da mecanização. Com isso eles perdem suas terras. Daí que o tema do desenraizamento é constante em sua obra, isto é, a ruptura de um estado de vida (rural) e a impossibilidade de encontrar um novo modo de viver na cidade. Inicia-se então um processo

que, começando no desenraizamento desemboca na degradação, que se traduz pela perda da identidade. Esses temas são constantes em sua obra e estão particularmente adensados no romance *Essa terra* que mostra o estilhaçamento de um contexto sócio-histórico em que se percebe a derrocada da estrutura familiar em sua inadaptação à modernidade.

Josué Guimarães traça, na obra *A ferro e fogo*, os caminhos e as dificuldades da colonização alemã no Rio Grande do Sul durante o século XIX. Essas dificuldades são tipificadas nas lutas de uma família alemã para se adaptar ao Brasil. Em maior grau que em Antônio Tôrres — devido ao processo imigratório —, em Josué Guimarães, o tema da adaptação, da ruptura e do desenraizamento mapeiam a trajetória dos personagens como recriação de fatos descritos na crônica dos acontecimentos que marcaram a história do Brasil. Desenha-se, dessa forma, uma forma memorialística de apropriação do mundo por meio da literatura.

Nos últimos anos o que se assiste em termos da relação entre arte e mundo é que a literatura vem refletindo a rebeldia do homem contra uma sociedade que privilegia a massa em detrimento do indivíduo. O amadurecimento dessa literatura culminou com o aparecimento de romances em que o conflito não ocorre mais entre indivíduos tomados em sua singularidade, mas entre grupos opostos por sua condição política, social e econômica em sua relação com o contexto imediato e com a história.

Essa interação entre o romance e o contexto proporcionou à literatura um caráter documental, transformando-a em um instrumento vívido de pesquisa por parte de historiadores. Particularizando essa constatação em um contexto mais restrito, lembro da saga de Antônio Conselheiro, em Canudos, cuja apreensão por parte dos historiadores não pode ficar completa antes que mergulhem em *Os sertões*, de Euclides da Cunha e em *A guerra do fim do mundo*, de Vargas Llosa, que são duas obras literárias que trouxeram para suas páginas a vida em sua vitalidade, sendo a primeira uma tragédia e a segunda um romance. O próprio Vargas Llosa (1989, p. 65) afirma que “la literatura aparte de ser una creación estética es también un testimonio de tipo histórico y social” e Zilly (2001, p. 38) reforça que “sem recursos ficcionais não é possível tornar evidente e plausível uma época, uma classe social, um acontecimento, uma pessoa. Sem empréstimos literários, não há plasticidade nem sugestividade”. Vargas Llosa (1989, p. 65) radicaliza essas considerações quando afirma que “en ciertos períodos de la historia, para ciertas escuelas literarias, para ciertas doctrinas, la literatura es prácticamente una parte de la historia, y las fronteras entre ambas son imperceptibles, incluso desaparecen”.

O século XX foi, portanto, traspassado por uma situação em que uma parte da população da América Latina dividia entre si fome e miséria. Na periferia das grandes cidades não havia higiene. Aumentou sensivelmente o número das favelas e dos marginais. Houve, portanto, ao longo do século, um campo fértil para a denúncia e a pesquisa social, para o ensaísmo. A fusão de culturas — a européia, a indígena e a africana — criou uma situação atípica para o continente, que se formara sob a crença frustrada de que a cultura européia suplantaria e aniquilaria os traços culturais das populações autóctones e dos negros. Isso se reflete no aspecto cultural em sua totalidade, gerando uma baixa estima aos valores nativos e de origem africana. Valores que, aliás, a literatura procura resgatar de modo a recuperar a auto-estima pela valorização do que foi relegado. Essa ênfase na Europa como centro a ser imitado pode ser vista nas manifestações literárias brasileiras cujo Romantismo, em sua fase nativista, europeizou tipos e ambientes numa tentativa de mostrar ao mundo um país idealizado, com o propósito de justificar sua independência a partir da criação de uma identidade próxima à do europeu, visto que à época acreditava-se que a cultura da Europa se tornasse dominante sobre a cultura local.

Cada país latino-americano passou a tipificar o continente, visto que sua crise expressava a ruptura da justiça social, a má distribuição de renda e a pobreza que atingiam o conjunto em sua totalidade. Os romances que refletiram sobre essa problemática social tornaram-se ainda mais realistas, porque expressaram mimeticamente a crise de um continente. Crise, aliás, que vinha de longa data e fora agravada em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

No campo, acentuavam-se as condições de pobreza crônica e recrudescia o poder das oligarquias, articulado à falta de assistência por parte do Estado, como se pode exemplificar com o caso brasileiro dos retirantes que saíam de suas terras em busca de trabalho, pão e dignidade em outros lugares, gerando o fenômeno do desenraizamento explorado por autores como Antônio Tôrres em seus romances, visto que nem sempre a partida para terras distantes significava o resgate da vida, mas a inadaptabilidade e a perda dos referenciais.

Portanto, no mundo latino-americano as contradições que assinalaram a vida, por meio de distintas formas de alienação, motivaram uma maior consciência de classe que *contaminou* a literatura; o personagem da ficção tornou-se representante de uma classe de indivíduos marcada por seu tipo de realização econômica e social. Essa representação da classe por meio do personagem não se restringiu a um segmento específico, pois o personagem, através de sua estrutura, sua ação e suas características tanto pode representar a classe que domina quanto a

dominada. Surge, assim, uma literatura cuja ficção transcende os limites regionais, porque manifesta paroquialmente uma problemática que se repete em outros contextos. Ou, como explica Cosson (2003, p. 183), quando afirma em referência à literatura brasileira de certo período que é “uma literatura que, consoante as modificações no cenário político-institucional, assume abertamente, como campo de referência, a realidade política do país”. Seria o caso de reestruturar a afirmação de Cosson, alterando seu final para *realidade política dos países*, já que, considerando o romance latino-americano contemporâneo, o mito, nesse romance, é a própria situação de uma sociedade em devir.

Concretizando essas formulações no contexto da literatura brasileira, Cosson (2003, p. 183) afirma que, a partir dos meados dos anos setenta do século XX, a arte literária “começou a apresentar uma série de narrativas que procuravam de uma maneira ou de outra representar a experiência recente do autoritarismo”. Em minha opinião, essa experiência assemelhava-se à que, à mesma época, traspassava toda a América Latina. Foi uma experiência que se objetivizou na forma da resistência. Isso ocorreu porque o autoritarismo era o elemento que mediava as relações de poder na época. Em outros momentos a literatura representou outras formas de relações que pertenciam ao âmbito da história, como, por exemplo, no início do século XX em que os pré-modernistas caracterizaram em seus textos um país historicamente injusto pela negligência com que o poder central tratava os problemas do país. Aliás, as comunidades sertanejas que figuraram largamente como personagens de romances nessa época e em épocas posteriores permaneceram à margem do progresso não somente no Brasil, mas desde o México até a Terra do Fogo. Na época, enquanto no Brasil as populações sertanejas viam-se abandonadas pelo poder central, no restante da América Latina, de acordo com Sotelo (1975, p. 150), “a incorporação capitalista do setor rural acarreta a expulsão da população excedente” que busca e incha as cidades, gerando problemas sociais que não passam ao largo da literatura. Esses problemas decorrem do fato de que — completa Sotelo (1975, p. 155) — “o ‘êxodo rural’ corresponde, em última instância, à transposição da marginalidade rural para a cidade”, que se vê palco da proliferação de favelas, onde a vida é apenas possível, dadas as condições de higiene e assistência social precárias.

Contextualizando mais uma vez a questão da relação entre a literatura e seu momento imediato, no século XX o problema histórico-social premente que exigia uma reação era o imperialismo legitimado por governos ditatoriais. Sotelo (1975, p. 164) assevera, a propósito, que “as formas concretas de dominação criam dialeticamente as formas concretas de rebelião que, por sua vez, comportam novas formas de dominação a serem posteriormente superadas

por novas formas de protesto”. Dentre as *formas concretas de rebelião*, pode-se citar a recriação da memória na ficção. A rebelião é facilmente identificada quando se observa que a memória traz ao lume e insere no texto literário a essência que história, em resposta à ideologia dominante teima em ocultar.

Em *La ciudad y los perros*, Vargas Llosa apresenta as relações estabelecidas entre os jovens do Leoncio Prado e o meio hostil e violento onde os personagens vivem suas histórias. Através dessa interação, a obra traça uma crítica às instituições que, sendo responsáveis pela formação dos jovens, não conseguem dar-lhes as condições de que precisam para recebê-la, pois o meio em que vivem não é adequado para tanto.

A obra literária de Carpentier desenha a essência da vida americana, visto que “cada um dos seus romances é uma visão privilegiada que descobre na realidade o que está além da aparência: não só em âmbito poético ou em sua significação histórica ou cultural, mas também em sua dimensão mítica” (JOZEF, 1986, p. 152). A essência desse universo presente em Carpentier manifesta o diálogo constante entre a realidade da opressão e a possibilidade de libertação, que é um processo de transposição de estados sociais como concretização daquilo que Galvão denomina de *projeto social substitutivo*. Isto é, um mundo melhor como um permanente objeto de desejo. A busca desse mundo é, enfim, um dos elementos pulsantes da narrativa latino-americana. “Quando essa busca adquire a condição de uma possibilidade segura, de acordo com o acontecer contextual, tensionam-se as aspirações, as circunstâncias impõem seus desígnios e se percebem, com uma nitidez incomum, as maneiras de o homem interrogar-se ou participar da História através da literatura” (CORONEL, 2001, p. 48).

Essa constante espraia-se pela literatura latino-americana, mas não se deve ignorar a advertência de Bastos, para quem “no estudo da integração transnacional das literaturas, há que se descobrir os vínculos, as analogias, mas também as diferenças” (2003: 204). Isto é, a identidade cultural entre distintos países submete-se — afirma Bora (2003, p. 195), em consonância à afirmação de Bastos — à “crença na pluralidade de histórias, indivíduos e seus credos religiosos”. Antonio Candido (2001, p. 268) enfatiza que “as literaturas hispano-americanas são divisões puramente históricas da atividade literária segundo cada nação, mas a realidade é transnacional” (2001: 268), devido, sobretudo, à identidade cultural que se percebe nas nações que compõem o continente latino-americano.

Se *a realidade latino-americana é transnacional* e suas literaturas reduzem-se a *divisões puramente históricas*, que a meu ver facilitam, didaticamente, sua apreensão, posso conceber dois mapas que se entrelaçam: um mapa da história com suas revoluções e

contradições onde se traçam cenários e eventos que servem de pontos de partida para a construção de um mapa da ficção; isto é, há um mapa da ficção sobre o mapa da história.

Representante da geração de 1970, Antônio Tôrres escreveu a obra *Essa terra*, em que mistura drama e humor. Esse romance retrata os migrantes nordestinos adaptando-se à cidade grande. A obra focaliza, através da vivência de uma família do sertão baiano, o drama da migração nordestina para São Paulo, numa trajetória de desumanização marcada por rupturas psicológicas e sociais, decorrentes da perda de identidade. O tema é o do desenraizamento e da derrota, que culmina no suicídio do personagem central, quando não suporta o peso da frustração. O desenraizamento e a frustração retratam um aspecto recorrente na sociedade brasileira de meados do século XX, quando recrudescer o espetáculo dos retirantes. Dalcastagnè (2003, p. 33) enfatiza “uma possível transformação da identidade do migrante, que, longe de casa, deixa de enxergar no outro o reconhecimento de si”. Essa constatação conduz a uma concepção mais aguda acerca do problema do migrante. Citando o IBGE, ela lembra a rápida urbanização porque passou o Brasil, a partir dos anos 60 e afirma que “a literatura acompanhou a migração para as grandes cidades, representando de modo menos ou mais direto as dificuldades de adaptação, a perda dos referenciais e os problemas novos que foram surgindo com a desterritorialização” (DALCASTAGNÈ, 2003, p. 34).

Através de seu tema predominante, a obra de Antônio Tôrres revela o contraste entre os centros desenvolvidos e o sertão esquecido à própria sorte, restando ao sertanejo apenas as estradas como esperança de dias melhores. Privilegiando esse tema, o autor repete uma postura encontrada em Euclides da Cunha que também mostrou a realidade dos excluídos, em seu drama literário, *Os sertões*. É a mesma marca encontrada também em obras como *Vidas secas* de Graciliano Ramos e *O quinze* de Rachel de Queirós. Ressalta-se, no entanto, que o excluído em Euclides da Cunha manteve-se em sua terra que defendeu até o próprio aniquilamento. Ele não é, portanto, um retirante.

A despeito de *Essa terra* ser uma obra com traços autobiográficos, os aspectos referidos no parágrafo acima a tornam um romance marcado por sua universalidade, tendo em vista que o tema da diáspora, do exílio, do desenraizamento, do êxodo em qualquer nível ou circunstância aponta para a perda de valores universais.

A obra de Luiz Antônio de Assis Brasil, *A prole do corvo*, considera fatos não revelados dos momentos decisivos da Guerra dos Farrapos. Recria na ficção fatos do mundo concreto que marcam as vidas humanas em tempos de guerra, como o predomínio do ódio num mundo caótico em meio à vontade de se conseguir a paz, que surge como objeto do

desejo de todos os que não se engajaram no conflito, mas sofrem suas consequências: o desencanto e a dor. Os conflitos e os personagens atuam no sentido de dar densidade à intolerância humana, representada por tipos do contexto histórico-social, tais como o estancieiro e o soldado. A Guerra dos Farrapos é o pano de fundo para destacá-los num contexto de ruptura da tolerância.

No romance *A ferro e fogo*, Josué Guimarães reproduz a trajetória de uma família que traduz na própria luta a saga da colonização alemã no Sul do Brasil. Enquanto *Essa terra* mostra o drama do desenraizamento forçado, do exílio e do êxodo, seguido da inadaptabilidade, no romance *A ferro e fogo* o exílio se dá por motivações políticas. O reenraizamento é dificultado nos dois casos. Em *Essa terra*, a situação poderia ser menos aguda porque os retirantes encontram no novo espaço certa identidade linguística e cultural — são apenas migrantes dentro do mesmo território pátrio. Mas tanto os hábitos quanto as condições que encontram no novo espaço os fazem se sentir como peregrinos em nação estranha.

As dificuldades de adaptação dos alemães da obra *A ferro e fogo* são mais tensas, porque são imigrantes e, dessa forma, encontram as barreiras impostas pela língua portuguesa e pela cultura do Rio Grande do Sul. Além do mais, o ambiente que encontraram apresentava a hostilidade que se seguiu à Guerra da Cisplatina. A vida numa terra estranha exige criatividade e resistência, aspectos que não faltam na obra em questão. Sua linha temática e formal segue a mesma tradição de Érico Veríssimo. Mas enquanto este retrata a grandeza épica da conquista, Josué Guimarães centra a atuação dramática dos personagens no cotidiano do trabalho.

Toda obra de arte é uma reação ao mundo, porque manifesta uma maneira individual e pessoal de ver a realidade. Mesmo as obras que resultam de um mergulho no *eu* trazem as marcas dessa reação, pois o *eu* só manifesta sua angústia quando ocorre um rompimento com o mundo; isto é, quando a realidade em que está inserido marca-se pela instabilidade. Nessas épocas em que se dá elevação da instabilidade, de acordo com Coutinho (1967, p. 33),

há uma tendência para o aparecimento de obras que expressam apenas a angústia subjetiva de seus autores; em épocas de “segurança”, de estabilidade relativa, a angústia desaparece como fundamento subjetivo da vanguarda e esta cai em um neo-naturalismo, na descrição objetivista de um mundo de coisas fetichizadas e de homens coisificados.

As relações entre subjetividade e objetividade dizem respeito, portanto, a uma intertextualidade entre a arte e o contexto histórico, pois as considerações de segurança e de instabilidade fluem a partir das relações entre os homens e entre estes e o mundo no que tange

àquilo que o contexto oferece em termos de posições filosóficas, progresso, atraso, opressão, libertação.

Há instabilidades de toda ordem: as religiosas, as políticas e assim por diante. São religiosas quando o homem se vê no dilema entre distintos caminhos que o conduzem ao mundo transcendental, vendo agudizadas as questões que dizem respeito à relação entre o espírito e a matéria; são políticas, quando, além de outros fatores, há sistemas de governo fortes que cerceiam as liberdades individuais, ou quando as relações entre as classes se caracterizam pela redução de uma à condição de serva da outra.

Referências bibliográficas

BASTOS, Hermenegildo José. Visada hispano-americana na crítica de Antônio Cândido. In: CARMONA, Carmen Balart; SIEWIERSKI, Henryk (Org.). *Heranças e desafios na América Hispânica: Brasil — Chile*. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 203-208.

BORA, Zélia M. Brasil e Chile: o dilaceramento do corpo nacional e as narrativas da memória. In: CARMONA, Carmen Balart; SIEWIERSKI, Henryk (Org.). *Heranças e desafios na América Hispânica: Brasil — Chile*. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 193-202.

BRASIL, Antonio de Assis. *A Prole do Corvo*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

CANDIDO, Antonio. Uma visão hispano-americana. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 263-269.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v. I.

CARPENTIER, Alejo. *Concerto barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARPENTIER, Alejo. *La consagración de la primavera*. Madrid: Castalia Espanha, s/d.

CARPENTIER, Alejo. *Guerra do tempo: contos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARPENTIER, Alejo. *El reino de este mundo*. Cuba: Letras cubanas, 1984.

CORONEL, Rogelio Rodríguez. Um diálogo com a História: romance e revolução. In: CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 48-58; 61-64; 70-72.

COSSON, Rildo. Ficção, testemunho e ditadura no Brasil: narrando a experiência do autoritarismo. In: CARMONA, Carmen Balart; SIEWIERSKI, Henryk (Org.). *Heranças e desafios na América Hispânica: Brasil — Chile*. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 183-192.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1967.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 38. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1997.

DALCASTAGNÈ, Regina. Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Brasília, nº 21, p 33-53, jan./jun. 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. In: CHIAPPINI, Lúgia & AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 59-60.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: Tempo de guerra*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: Tempo de solidão*. 3.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

JOZEF, Bella. *Romance hispano-americano*. São Paulo: Ática, 1986. p. 37-47.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. In: CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 141-158.

MIGNOLO, Walter D. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da Literatura que parece História ou Antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 115-134.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 85. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 51. ed. Rio de Janeiro ; São Paulo: Record, 1983.

SOTELO, Ignácio. *Sociologia da América Hispânica*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

TÔRRES, Antônio. *Essa terra*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1978.

VARGAS LLOSA, Mario. *La ciudad y los perros*. Barcelona: Seix Barral, 1971.

VARGAS Llosa, Mario. *Semana de autor*. 2.ed. Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989.

ZILLY, Berthold. A guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Da crônica à ficção. In: CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Hispânica: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 37-47.

Artigo recebido em agosto de 2012.

Aceito em setembro de 2012.